

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 35 – Agosto/Setembro de 2022



EMPREGO, RENDA E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,2% no segundo trimestre de 2022 em relação aos três primeiros meses do ano, na série com ajuste sazonal, segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os setores produtivos, a indústria teve a maior expansão (2,2%), seguida pelos serviços, que avançaram 1,3%. A agropecuária teve acréscimo de 0,5%.

O crescimento da indústria foi puxado pelos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos), com ampliação de 3,1%, seguido pela construção (2,7%) e pelas indústrias extractivas (2,2%). A indústria de transformação se expandiu menos, apenas 1,7%.

Analisando o PIB pela ótica da despesa, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) avançaram 4,8% e a despesa de consumo das famílias – item relevante para o crescimento da economia no Brasil – cresceu 2,6%, sempre em relação ao trimestre imediatamente anterior. No setor externo, as exportações de bens e serviços recuaram 2,5%, enquanto as importações de bens e serviços foram ampliadas em 7,6% em relação ao primeiro trimestre do ano.

As projeções mais recentes apontam que a economia brasileira crescerá em torno de 2,3% em 2022, a pior média do país a partir de 2016. A insuficiência do crescimento brasileiro, apesar da melhora no segundo trimestre, pode ser constatada pela comparação com países da América Latina e Caribe. Segundo análise da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas)¹, a previsão de crescimento médio na região para esse ano é

¹ Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2022: dinâmica e desafios do investimento para impulsionar uma recuperação sustentável e inclusiva. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48077-estudio-economico-america-latina-caribe-2022-dinamica-desafios-la-inversion>

de 2,7%.

É uma taxa baixa, que deve se estender para 2023, com queda de investimentos e agravamento das desigualdades sociais. Segundo a Cepal, há o desafio de controlar a inflação, como decorrência da guerra na Ucrânia e de tensões geopolíticas em outras partes do planeta, aumento de preços dos alimentos e energia, que produzem efeito multiplicador sobre outros produtos, além de instabilidades nas cadeias produtivas. A Cepal observa que a desaceleração da atividade econômica está restringindo a recuperação dos mercados de trabalho, especialmente para as mulheres.

O crescimento estimado do Brasil para esse ano, portanto, está abaixo do previsto para a América Latina como um todo, que já é ruim. Ademais, o bom desempenho do PIB no segundo trimestre pode não se repetir nos trimestres seguintes, já que foi impulsionado por alguns fatores datados. Por exemplo, os benefícios trazidos pelo período pós-pandemia, que continuaram puxando alguns segmentos como transportes e armazenagem e serviços públicos, e a ampliação para R\$ 600 do valor do programa de transferência de renda, aprovado para vigorar apenas nesse semestre das eleições presidenciais. A geração de postos de trabalho com carteira assinada acumula saldo positivo de 1,3 milhão de vagas até junho, o que, mesmo com salários de admissão rebaixados, gera renda e recuperação do consumo.

Outro fator importante são os estímulos fiscais de curto fôlego, realizados pelo governo de forma fragmentada, como saques extraordinários no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), disponibilizados no segundo trimestre, e medidas como a antecipação do 13º benefício dos aposentados, realizada em abril. A economia brasileira foi também beneficiada pela elevação de preços das commodities (produtos agrícolas, minério de ferro), em função da guerra na Ucrânia.

O Brasil vem de cinco anos de estagnação do PIB. Esse baixo desempenho tem feito o país perder continuamente posições no ranking das maiores economias do mundo. De 2019 para 2021, o país caiu quatro posições, da 9ª para a 13ª maior economia. Entre 2010 e 2014, ostentava a condição de 7ª economia do mundo e, em 2020, saiu da lista das 10 maiores economias mundiais pela primeira vez, desde 2007.

Segundo o IBGE, a renda domiciliar per capita despencou para R\$ 1.367,00 no ano passado. O rendimento médio do trabalho, por sua vez, reduziu-se em 10,1% no quarto trimestre de 2021, atingindo valor mínimo recorde, de R\$ 2.447,00. De acordo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de janeiro a julho de 2022, o salário médio de contratados com carteira assinada teve queda de 3,4%. A média salarial, em julho de 2022, ficou

em R\$ 1.926,54, valor inferior ao de 2021, de R\$ 1.982,55.

O quadro atual revela queda da média salarial, com concomitante redução da taxa de desemprego, que ficou em 9,1% no trimestre móvel encerrado em julho último, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), do IBGE. A taxa de desemprego de julho é a menor para um trimestre móvel encerrado nesse mês, desde o quarto trimestre de 2015, quando ficou também em 9,1%. Mesmo assim, no trimestre encerrado em julho, o país tinha 9,9 milhões de desempregados, pessoas de 14 anos ou mais que buscaram emprego, sem sucesso. Segundo o IBGE, o indicador representa queda de 1,5 milhão no número de pessoas desempregadas, na comparação com o trimestre anterior, e redução de 4,5 milhões em relação ao mesmo período de 2021.

A perda de rendimentos ocorre em período em que, por muitos meses, a inflação anual ficou na casa dos dois dígitos, puxada por alimentos para os quais é destinada boa parte da renda da maioria esmagadora da população. A cesta básica de alimentos na cidade de São Paulo, para o consumo de um adulto, custou R\$ 749,78 em agosto. A comparação do valor da cesta entre agosto de 2022 e agosto de 2021 mostrou que todas as capitais tiveram alta de preço, com variações que oscilaram entre 12,55%, em Porto Alegre, e 21,71%, no Recife. Com base na cesta mais cara, que, em agosto, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima que, em agosto, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.298,91, ou 5,20 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

O empobrecimento de parcela expressiva dos trabalhadores brasileiros é visível. Segundo pesquisa da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), 40% dos domicílios brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar, o que é equivalente a cerca de 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país. Cerca de 15% dos brasileiros, equivalente a 33 milhões de pessoas, passam fome. Esse indicador é especialmente grave, no caso do Brasil, porque a insegurança alimentar nada tem a ver com questões demográficas ou climáticas: o Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos e o maior produtor de proteína animal do mundo.

O problema da inflação alta, agravado pelo ritmo ainda maior de elevação dos preços dos alimentos, soma-se ao fato de que parte expressiva das negociações coletivas não consegue repor a perda inflacionária do período negociado. Análise do DIEESE, de 149 acordos e convenções coletivas da data-base agosto, registrados no Mediador, do Ministério do Trabalho e Previdência,

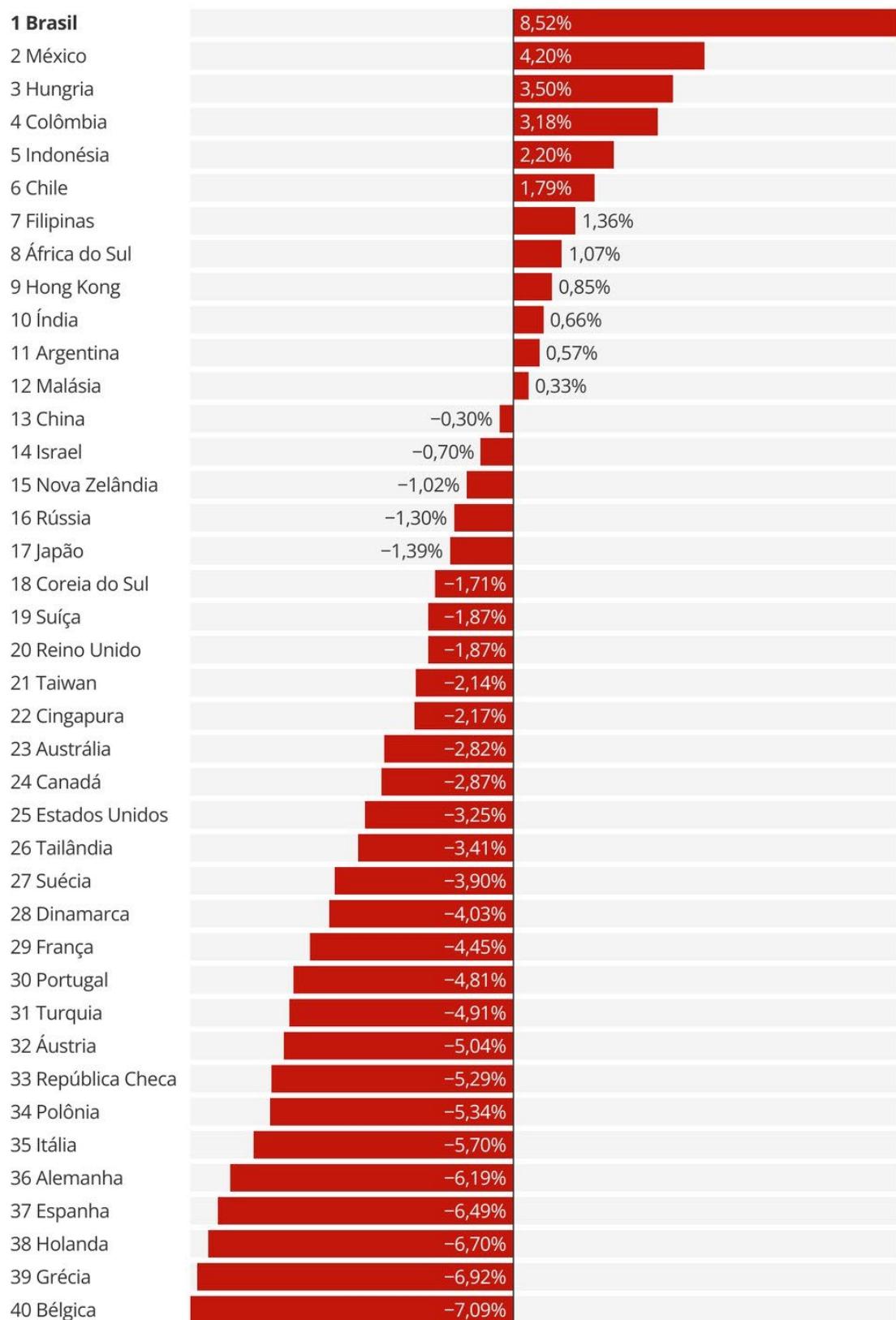
até 2 de setembro, revela que 49,0% dos reajustes salariais ficaram abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE). Outros 23,5% tiveram resultados apenas iguais à inflação. As categorias que não conseguiram nem repor o INPC tiveram, em média, perda de 1,35%. Segundo a pesquisa, no cômputo geral de agosto, considerando todos os resultados (acima, iguais e abaixo da inflação), a variação real média dos reajustes, embora tenha subido em relação às datas-bases anteriores, ainda foi negativa: -0,28%.

Taxa de juros e gastos com a dívida pública

Em setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, depois de 12 aumentos consecutivos. A decisão não foi unânime. É o maior patamar em quase seis anos. O Brasil segue na condição de líder do ranking mundial de juros reais (descontada a inflação) desde maio, abrindo inclusive distância do México, segundo colocado na lista (gráfico a seguir). No ranking, o nível de juros reais no Brasil (8,52%) é ponto fora da curva entre os 40 países listados.

Ranking dos juros reais

Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses



Fonte: Infinity Asset/Money You

Pela sinalização do Copom, em setembro, o Banco Central pode retomar a estratégia de alta dos juros, até que a inflação esteja “sob controle”. Se o aumento dos juros é ineficaz para controlar uma inflação que, sabidamente, não é de demanda, ele exerce, por outro lado, forte impacto negativo sobre produção, consumo, comércio e investimentos produtivos. Faz também o Brasil bater sucessivos recordes de despesas com juros da dívida pública. Nos 12 meses entre junho do ano passado e maio último, o governo federal já desembolsou R\$ 500 bilhões com os credores. Segundo o Banco Central, esse é o maior valor gasto em um ano, desde fevereiro de 2016, quando a despesa alcançou R\$ 513 bilhões. É um montante que equivale a 5,51% do Produto Interno Bruto (PIB), 2,5 vezes superior à soma dos orçamentos previstos para 2022 em saúde (R\$ 139,9 bilhões) e em educação (R\$ 62,8 bilhões).

Talvez os únicos setores da sociedade que não têm o que reclamar da política econômica atual sejam os bancos e os investidores, com elevadas somas aplicadas em papéis. Os quatro maiores bancos de capital aberto do país (Itaú-Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander) lucraram, juntos, R\$ 26,6 bilhões entre abril e junho, alta de 20,6% em relação ao mesmo período de 2021.

A indústria como fator de retomada do desenvolvimento econômico e social

Para um país subdesenvolvido, com economia crescentemente dependente de capital estrangeiro, grande contingente populacional e renda média muito baixa, como o Brasil, um setor de indústria de transformação pujante e com os centros de decisão internalizados é essencial, seja pela possibilidade de recuperação do emprego de qualidade e dos salários dos trabalhadores ou pelos encadeamentos que a indústria dinamiza em toda a economia. O fortalecimento da indústria significa a movimentação da cadeia como um todo: comércio, setor de pesquisa, serviços em geral, transporte, logística, infraestrutura e assim por diante.

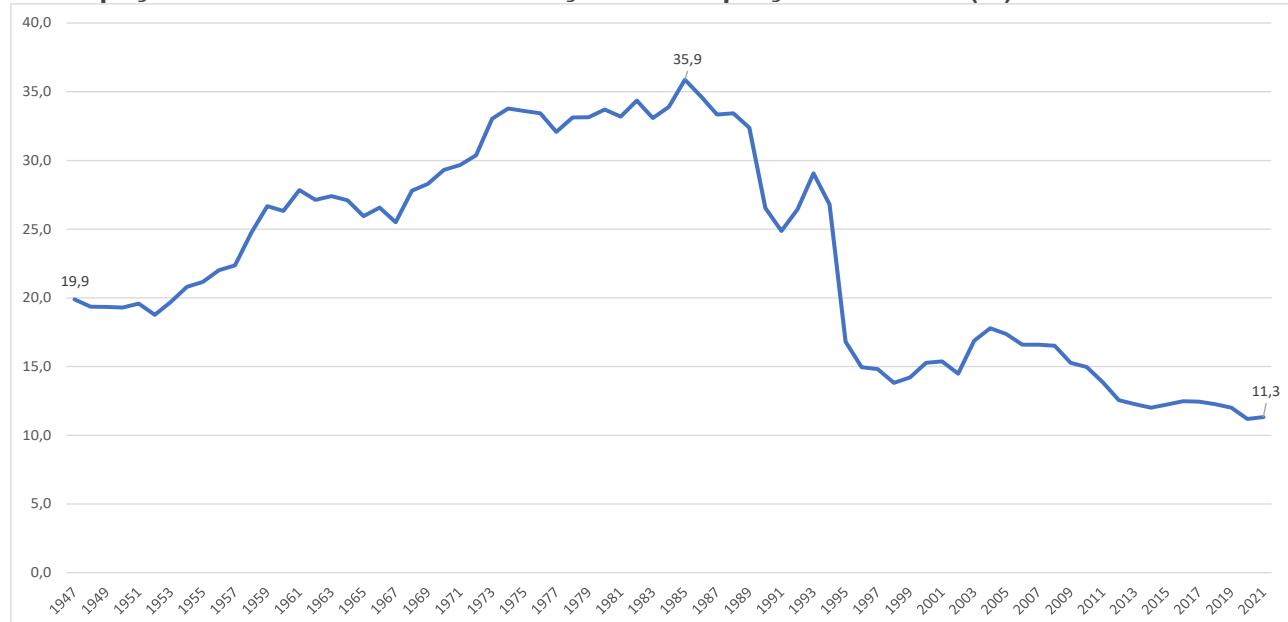
Esse funcionamento pode ser exemplificado pelo ramo petroquímico, área da química encarregada dos derivados de petróleo e sua utilização na indústria. A indústria petroquímica transforma petróleo bruto em uma gama enorme de produtos como gás natural, gasolina, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene, óleo diesel, nafta petroquímica, solventes, asfalto, entre outros. O petróleo, além de fonte de energia essencial, é utilizado como matéria-prima para mais de 3.000 bens industriais. É fácil constatar que a cadeia de derivados do petróleo gera emprego e renda em todo o processo produtivo. Essa característica, com especificidades, vale para todos os ramos industriais.

Indústria significa também desenvolvimento de tecnologia. A política de venda de refinarias e exportação de óleo cru é prejudicial ao país, ao restringir as possibilidades de

desenvolvimento da pesquisa e tecnologia. Se a Petrobras é hoje uma gigante na exploração de petróleo em águas profundas e ultra-profundas, e referência mundial na área, é fruto do desenvolvimento de tecnologia regular e de alto nível no passado recente. A descoberta do pré-sal é resultado de esforços contínuos em pesquisas, num nível extremamente elevado.

A crise da indústria de transformação no Brasil é dramática. No gráfico a seguir, pode-se constatar que, em 74 anos, desde 1947, a participação da indústria para a formação do PIB (Produto Interno Bruto) no país foi a menor da história em 2021 - apenas 11,3%. Em 1985, ápice da industrialização no Brasil, a participação do setor no PIB era de 35,9%.

Participação da indústria de transformação no PIB preços correntes (%)



Fonte: IBGE. SCN Anual; Ipeadata

Elaboração: DIEESE

Caberia, nesse momento, vigoroso projeto nacional que possibilitasse a retomada da indústria do país. Ou seja, seria fundamental realizar exatamente o oposto do que tem sido feito: venda de estatais estratégicas sem política de valorização dos ativos, entrega do pré-sal e de outros recursos naturais, achatamento do mercado consumidor interno via arrocho salarial, regressão em décadas na regulamentação do trabalho, esvaziamento do Brics, fragilização do Mercosul. Tudo isso enfraquece ou dificulta muito a possibilidade de crescimento de uma indústria robusta no país.



**O DIEESE precisa do seu apoio para continuar produzindo
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA**

APOIE O DIEESE!

Mais informações: relacionamento@dieese.org.br ou 0800 77 33 117



Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças **Automotivas da Grande Curitiba - PR**

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Gabriel César Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio **Grande do Sul - RS**

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Claudiomar Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo - Carlos Ortiz

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM

Diretora Executiva - Zenaidé Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Cesar Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Patrícia Pelatieri (revisão técnica)

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão técnica)

Geni Marques (revisão e edição)